



# Questões atuais de Direito Público

Augusto Passamani Bufulin  
Coordenador

Prefácio  
Georges Abboud



As inovações tecnológicas das últimas décadas proporcionaram profundas transformações no modo de desenvolvimento das relações sociais, tornando-as mais dinâmicas e suprimindo ou mitigando substancialmente obstáculos antes limitativos, tais com as distâncias físicas e o acesso à informação. Trata-se de um momento verdadeiramente disruptivo na sociedade, que afeta a cultura, o consumo e as relações interpessoais, consubstanciando o que se denomina “Quarta Revolução Industrial”. Neste contexto, o Direito, como Ciência Social Aplicada que em um mecanismo de retroalimentação influencia e é influenciado pela cultura, não poderia escapar das mutações sociais introduzidas pelo desenvolvimento tecnológico. Não apenas a legislação tem se ocupado cada vez mais de temas afetos à tecnologia, como o próprio modo de atuação do profissional das carreiras jurídicas vem se transformando a partir da incorporação da inovação digital ao Direito, movimento que culminou com a concepção do termo “Direito 4.0” – o Direito na era dos recursos tecnológicos avançados. A presente obra contribui para o incremento do debate científico a respeito das mudanças, benefícios e mesmo eventuais desvantagens decorrentes da profusão da tecnologia nos ramos do Direito Público, com análises que permeiam aspectos substanciais e processuais dos temas abordados. Objetiva-se, assim, apresentar ao leitor um panorama geral das principais questões sensíveis de Direito Público numa sociedade cada vez mais transformada pelo avanço da tecnologia e da inovação.

Augusto Passamani Bufulin  
Coordenador

Prefácio  
Georges Abboud

## QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO PÚBLICO

### Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

### Áreas afins

DIREITO ELEITORAL

DIREITO PENAL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

TECNOLOGIA

INTERNET

INOVAÇÃO

### Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PROFISSIONAIS DO DIREITO.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003038

Q5      Questões atuais de Direito Público / coordenado por Augusto Passamani Bufulin. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

193 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5518-302-3

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Eleitoral. 4. Direito Penal. 5. Direito Processual Civil. 6. Direito Processual Penal. 7. Direito Tributário. 8. Tecnologia. 9. Internet. 10. Inovação. I. Bufulin, Augusto Passamani. II. Título.

2021-  
4198

CDD 341

CDU 342

**Augusto Passamani Bufulin** é Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor e Mestre em Direito (PUC-SP). Juiz de Direito (TJES).

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

Georges Abboud .....	11
----------------------	----

APRESENTAÇÃO .....	13
--------------------	----

### I DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### VIRTUALIZAÇÃO DOS MÉTODOS AUTO E HETEROCOMPOSITIVOS PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

<b>Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho, Tatiana Freitas de Almeida Ivens de Carvalho .....</b>	17
1      Introdução: do papel da tecnologia para a solução adequada dos litígios na conformação contemporânea do Sistema de Justiça .....	17
2      Da negociação, conciliação e mediação e os <i>On-Line Dispute Resolution</i> .....	20
3      Jurisdição arbitral e tecnologia .....	24
4      A virtualização da jurisdição estatal .....	26
4.1     Da informatização do processo judicial: da “Lei do Fax” ao “Juízo 100% Digital” .....	28
4.2     Do cumprimento digital de ordens judiciais .....	31
4.3     Prática de atos processuais de maneira digital .....	32
5      Inteligência artificial e Sistema de Justiça .....	34
6      Conclusão .....	36
Referências .....	37

#### A UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS A FAVOR DA CELERIDADE E DA EFETIVIDADE DOS PROCESSOS EXECUTIVOS FISCAIS

<b>Manoel Alves Rabelo, Fernanda Montalvão da Vitória, Luciano Rabelo Bragatto .....</b>	43
1      Introdução .....	43
2      O sistema Bacen Jud como instrumento tecnológico a serviço do Judiciário .....	44
3      Das novas tecnologias e seu papel como ferramentas eficientes na recuperação de crédito .....	48
3.1     Plataformas algorítmicas .....	48
3.1.1    Programa para oferta de memória de cálculo padrão .....	49
3.1.2    Algoritmo para criação de um Sistema Nacional Integrado de Bens (SNIB) .....	49
3.1.3    Plataforma unificada de leilões judiciais .....	51
3.2     Sobre o Inova PJE e o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao PJe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	53
3.3     Como seria afetado o direito ao contraditório e à ampla defesa caso estas tecnologias fossem aplicadas à execução fiscal – Como manter esse direito intacto .....	54
Considerações finais .....	56
Referências .....	56

## NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A VIRTUALIZAÇÃO DO PROCESSO

<b>Augusto Passamani Bufulin, Tiago Aguiar Vilarinho</b> .....	59
1      Introdução .....	59
2      A virtualização do processo como técnica de potencialização da eficiência processual .....	60
3      O poder de autorregramento da vontade no processo e seus limites.....	66
4      A virtualização convencional de atos ou etapas do procedimento.....	71
4.1     Protocolos institucionais.....	71
4.2     Convenção processual de virtualização de comunicações processuais e audiências e o “Juízo 100% Digital” .....	72
4.3     Pacto de submissão do litígio a mecanismos de resolução <i>on-line</i> de disputas – ODR .....	74
5      Conclusão .....	78
Referências .....	79

## II DIREITO PENAL

### OS ASPECTOS DA LEI N° 12.737/2012 E A CONSTATAÇÃO DO AUMENTO DA INCIDÊNCIA DA PRÁTICA DE DELITOS DE FRAUDE ELETRÔNICA CONTRA O PATRIMÔNIO

#### DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

<b>Fernando da Fonseca Resende Ribeiro</b> .....	83
1      Introdução .....	83
2      Conceituação dos delitos informáticos .....	85
3      A edição da Lei nº 12.737/2012 e a aplicação nos delitos informáticos próprios.....	90
4      O aumento da incidência dos delitos informáticos impróprios no atual momento da pandemia da Covid-19.....	96
5      Considerações finais .....	101
Referências .....	103

## III

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

#### INTIMAÇÃO NO PROCESSO PENAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

<b>Diego Crevelin de Sousa</b> .....	107
1      Introdução .....	107
2      Direito de informação: conteúdo da garantia do contraditório e ampla defesa.....	108
3      A forma da intimação.....	113
4      A intimação no processo penal no período pandêmico.....	115
5      Conclusão .....	119
Referências .....	120

IV  
DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA: BREVE ANÁLISE DOS  
POSSÍVEIS IMPACTOS PROVOCADOS PELO MARCO  
LEGAL DAS STARTUPS (PROJETO  
DE LEI COMPLEMENTAR N° 146/2019)

<b>Roberto Moraes Dias, Marcos Alberto Balestreiro Filho</b> .....	125
1      Introdução .....	125
2      Panorama jurídico-normativo das contratações públicas de inovação tecnológica.....	126
3      Inovações presentes no Projeto de Lei Complementar nº 146/2019.....	130
4      Da grande possibilidade aberta pelo Marco Legal das <i>Startups</i> aos desafios trazidos pelo texto legal proposto no Projeto de Lei Complementar nº 146/2019.....	135
5      Considerações finais.....	139
Referências .....	141

V  
DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO E STARTUPS: UMA BREVE  
ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS  
INVESTIDORES DAS STARTUPS NO ORDENAMENTO  
JURÍDICO BRASILEIRO

<b>Augusto Passamani Bufulin, Daniel Souto Cheida</b> .....	147
Introdução.....	147
1      A responsabilidade tributária e os seus aspectos jurídicos .....	149
1.1     Da responsabilidade tributária sucessória e de terceiros.....	150
2      As modalidades de investimento nas <i>startups</i> brasileiras .....	152
2.1     Sociedade em Conta de Participação (SCP) .....	153
2.2     Contrato de participação: investidor-anjo (LC 155/2016).....	156
2.3     Fundos de investimento. <i>Private Equity</i> e <i>Venture Capital</i> .....	158
3      Dos instrumentos contratuais e processuais capazes de mitigar os riscos da responsabilidade tributária .....	159
3.1     Cláusula de representação e garantia ( <i>Representations</i> <i>and Warranties</i> ) .....	160
3.2     Cláusula de efeito material adverso ( <i>Material</i> <i>Adverse Effect</i> ).....	161
3.3 <i>Covenant</i> .....	162
3.4     Os negócios jurídicos processuais .....	162
Conclusões .....	164
Referências .....	165

VI  
DIREITO ELEITORAL

AS “FAKE NEWS” E O IMPACTO NO PROCESSO  
ELEITORAL

<b>Rodrigo Marques de Abreu Júdice</b> .....	169
1      Introdução .....	169
2 <i>Fake News</i> e o sistema político brasileiro .....	171

3	Propaganda na <i>internet</i> : abrangência e limites nas eleições de 2020 .....	176
4	A especificidade da atuação das plataformas digitais frente à autonomia do Poder Judiciário.....	180
5	Considerações finais .....	183
	Referências .....	188
	SOBRE OS AUTORES .....	191